

China

Os eurodeputados questionaram a comissária europeia do Comércio, **Cecilia Malmström**, sobre as opções que está atualmente a avaliar em relação à eventual **concessão do estatuto de economia de mercado à China**.

ver pág. 3

Acordo TISA

O Parlamento Europeu definiu as suas prioridades e linhas vermelhas para as negociações do **Acordo sobre o Comércio de Serviços (TiSA)**, (mais oportunidades para as empresas europeias em mercados estrangeiros, exclusão dos serviços públicos, proteção dos direitos laborais e o direito de legislar no interesse público).

ver pág. 9

Trabalho não declarado

O **trabalho não declarado** representa um grave problema na Europa. Em 2012, terá representado 18,4% do PIB da UE e os efeitos negativos são sentidos nos trabalhadores, empresas e governos.

ver pág. 5

em destaque:

Salvar Schengen

A UE tem de ultrapassar os medos e as divisões que a paralisam para poder **gerir eficazmente a crise dos migrantes e refugiados**, disseram vários eurodeputados num debate em plenário com a Comissão e o Conselho. Para salvaguardar o espaço Schengen de livre circulação interna **é preciso proteger melhor as fronteiras externas**, acrescentaram. Vários parlamentares apelaram também a uma política de tolerância zero em relação ao racismo e aos ataques violentos contra migrantes e refugiados.

O ministro holandês dos Negócios Estrangeiros, Bert Koenders, em representação do Conselho, disse que os fluxos de migrantes *"têm de ser reduzidos"* e que a UE tem de implementar as medidas já acordadas, em particular em relação à recolocação dos requerentes de asilo e aos centros de acolhimento e registo (hotspots). O comissário europeu com a pasta da Migração, Dimitris Avramopoulos, reconheceu que foram realizados *"poucos progressos"* quer pelos Estados-Membros na linha da frente quer por todos os outros. A lista do que precisa ser feito é longa: recolocação dos requerentes de asilo, reinstalação de refugiados, hotspots, regresso dos migrantes irregulares.

Carlos Coelho afirmou: *"Não é anunciando medidas legislativas de impacto longínquo que fazemos face às emergências. Os Estados não quiseram responder no início e só confrontados com as tragédias no Mediterrâneo concederam mais apoios. O mesmo acontece agora com Schengen. O mecanismo de urgência de recolocação continua fraco, os hot spots na Grécia e em Itália continuam sem os meios necessários, as operações de retorno continuam sem acontecer e, se tal não bastasse, proliferam ainda as medidas nacionais, isoladas e egoístas."*

ver pág. 7

Índice

Presidente do PE dá boas-vindas a novo eurodeputado português, João Pimenta Lopes.....	3
Parlamento Europeu debate impacto da eventual concessão do estatuto de economia de mercado à China.....	3
Trabalho não declarado: trabalhadores com direitos sociais e laborais reduzidos.....	5
UE tem de ultrapassar medos e divisões para salvaguardar Schengen, dizem eurodeputados.....	7
Acordo sobre Comércio de Serviços: Parlamento Europeu quer salvaguardas para empresas e trabalhadores europeus.....	9
Parlamento Europeu decide não vetar projeto sobre limites das emissões dos automóveis a diesel.....	11
Parlamento Europeu apela a medidas específicas de apoio às ilhas.....	13
Ordem da sessão.....	16

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Presidente do PE dá boas-vindas a novo eurodeputado português, João Pimenta Lopes

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, deu as boas-vindas ao novo eurodeputado português, João Pimenta Lopes, que substitui Inês Zuber no Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde. João Pimenta Lopes, de 35 anos, iniciou funções em 31 de janeiro.

Na abertura da sessão plenária, os eurodeputados respeitaram também um minuto de silêncio pelo colega checo Miloslav Ransdorf, do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, que faleceu em 22 de janeiro, com 62 anos. Eleito para o Parlamento Europeu em 2004, Ransdorf foi vice-presidente da comissão parlamentar da Indústria, Investigação e Energia, membro da delegação à Assembleia Parlamentar Euronest e da delegação à Comissão Parlamentar de Associação UE-Ucrânia, lembrou Martin Schulz.

Parlamento Europeu debate impacto da eventual concessão do estatuto de economia de mercado à China

Os eurodeputados questionaram a comissária europeia do Comércio, Cecilia Malmström, sobre as opções que está atualmente a avaliar em relação à eventual concessão do estatuto de economia de mercado à China. Os parlamentares querem que o executivo comunitário apresente uma avaliação de impacto exaustiva sobre os efeitos das diferentes opções a nível do emprego na indústria europeia, dos consumidores, dos investimentos e da competitividade, em especial das PME.

Os eurodeputados pediram à Comissão Europeia que avalie devidamente as consequências económicas e sociais da concessão do estatuto de economia de mercado à China. A UE tem de encontrar uma solução que esteja em linha com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e que permita proteger a economia europeia da concorrência desleal das importações chinesas, disseram os parlamentares à comissária com a pasta do Comércio, Cecilia Malmström.

Malmström reconheceu que remover simplesmente a China da lista de países sem economia de mercado na legislação anti-dumping da UE "*não seria realista*", dado os danos potenciais para a indústria e o emprego. Caso o estatuto de economia de mercado seja concedido, teriam de ser adotadas medidas de mitigação a nível da legislação europeia, acrescentou.

A Comissão deu uma resposta positiva aos eurodeputados sobre a necessidade de avaliar adequadamente o impacto das diferentes opções a nível do emprego e da

indústria. Estimativas preliminares mostram que cerca de 188.000 postos de trabalho poderão ser perdidos em setores da UE atualmente afetados pelo dumping chinês se não forem adotadas medidas de mitigação, disse Cecilia Malmström.

Pergunta à Comissão Europeia

A China é um dos parceiros comerciais mais importantes da UE e as relações comerciais entre a UE e a China são de extrema importância para o Parlamento Europeu. Quando a China aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, reconheceu-se que o país ainda não tinha concluído a transição para economia de mercado. Como tal, a China chegou a acordo sobre uma série de obrigações com vista à transição para economia de mercado e, na Secção 15 do Protocolo de Adesão da China, autorizou outros membros da OMC a aplicar as metodologias «NME» (país sem economia de mercado) às importações da China até que a transição para economia de mercado estivesse concluída. A redação da Secção 15, alínea d), tem vindo a ser objeto de um debate político e jurídico, nomeadamente sobre as eventuais consequências de uma possível expiração da Secção 15, alínea a), subalínea ii). A UE impôs cinco critérios técnicos para a definição de economia de mercado e, de momento, a China cumpre apenas um desses critérios. Recentemente, a UE e a China entraram em desacordo sobre os processos anti-dumping relativos a vários produtos e, entre todos os países exportadores visados pelas investigações no quadro da luta contra o dumping e contra os subsídios a nível da UE, a China responde por cerca de 80 % dos casos.

A UE deve falar a uma só voz e definir uma estratégia comum relativamente a qualquer decisão adotada no que respeita ao estatuto de economia de mercado e à China, ao passo que a Comissão deve agir em conformidade com os compromissos assumidos pela UE ao abrigo do direito internacional e em estreita cooperação com o Conselho e o Parlamento.

1. Como tenciona a Comissão abordar a questão da concessão do estatuto de economia de mercado à China e que opções está atualmente a avaliar? Como tenciona a Comissão cooperar com o Parlamento e as outras partes interessadas nesta matéria?
2. Pode a Comissão confirmar que apresentará uma avaliação de impacto aprofundada e exaustiva, dando especial atenção aos efeitos das diferentes opções políticas a nível do emprego na indústria transformadora da UE, dos utilizadores, dos investimentos e da competitividade da UE, nomeadamente das PME?
3. Como tenciona a Comissão cooperar com os principais parceiros comerciais da UE, a fim de coordenar uma abordagem comum no quadro da OMC?

Trabalho não declarado: trabalhadores com direitos sociais e laborais reduzidos

O trabalho não declarado representa um grave problema na Europa. Em 2012, terá representado 18,4% do PIB da UE e os efeitos negativos são sentidos nos trabalhadores, empresas e governos. Os eurodeputados aprovaram, em plenário, a criação de uma plataforma europeia para prevenir e dissuadir o trabalho não declarado.

Trabalho não declarado “é um trabalho legal que não é declarado de forma adequada perante as autoridades competentes”, explica o eurodeputado búlgaro do S&D.

Da concorrência desleal à perda receitas fiscais e contribuições para a segurança social, são várias as consequências negativas do trabalho não declarado. “Estes trabalhadores ficam com os seus direitos sociais e laborais fundamentais reduzidos”, afirmou Pirinski. “A plataforma é uma oportunidade analisar os dados e partilhar boas práticas,” especialmente num contexto de trabalho não declarado transfronteiriço. O relatório foi aprovado em plenário com 619 votos a favor, 69 contra e 7 abstenções.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Sofia Ribeiro (PPE) – “*Senhora Presidente, o trabalho não declarado constitui um flagelo social e económico com raízes muito profundas e complexas que prejudica gravemente o trabalhador nos seus direitos sociais e laborais, que tem sérias implicações orçamentais e que conduz à diminuição da receita fiscal e das contribuições para a Segurança Social. Saúdo, por isso, a iniciativa da Comissão de criar uma plataforma europeia para reforçar a cooperação na luta contra o trabalho não declarado, para a qual é indispensável a participação dos parceiros sociais. Mas, para além da partilha de boas práticas relativas à forma como os Estados-Membros articulam a prevenção e a penalização de tais situações abusivas, é essencial que se promova o trabalho devidamente declarado e também que se combatam abusos sobre o trabalhador. Refiro-me não apenas às atividades remuneradas que se tornam ilícitas por não serem devidamente declaradas às autoridades competentes, mas também às falsas situações de trabalho por conta própria. Contudo, só podemos efetivamente prevenir as situações de trabalho não declarado se criarmos reais incentivos para que os trabalhadores e os empregadores percebam que só têm vantagens em declarar o trabalho realizado.*

Chamo, por isso, à atenção da Comissão para a necessidade de se reduzirem a nível global os impostos sobre o trabalho e de se aumentarem os benefícios dos trabalhadores e das suas famílias ao nível da assistência social. Apelo para que a Comissão incentive os Estados-Membros a divergirem para outras formas de obtenção de receita fiscal e a investirem na assistência na saúde, nas pensões e no apoio em situação de desemprego, o que limitará a tentação de fuga ao fisco através da relação laboral desregulada que constituiu o trabalho não declarado”.

Carlos Coelho (PPE), “*Senhor Presidente, o trabalho não declarado é um fenómeno que prejudica gravemente as condições de trabalho, a concorrência leal e os orçamentos públicos dos Estados-Membros. A Comissão propôs estabelecer uma Plataforma Europeia que deverá melhorar a cooperação em matéria de prevenção e*

dissuasão do trabalho não declarado a nível da UE, reunindo vários organismos nacionais responsáveis pela aplicação da lei envolvidos na luta contra o trabalho não declarado. Não obstante a principal responsabilidade pela resolução deste problema caber aos Estados-Membros, verificam-se, contudo, casos em que a cooperação entre as diferentes entidades ao nível nacional não está suficientemente estruturada ou não revela a eficácia necessária, devendo esta nova Plataforma ser uma mais—valia não só para prevenir e dissuadir o trabalho não declarado, mas também para regularizá-lo. Apoio o Relatório Pirinski, por considerar que uma ação à escala da UE pode ajudar os Estados-Membros a combater com maior eficácia o trabalho não declarado, contribuindo também para atacar de uma forma positiva e construtiva, a nível da UE, os desafios associados à mobilidade profissional, preservando, ao mesmo tempo, a livre circulação dos trabalhadores enquanto uma das liberdades fundamentais da UE”.

Joao Pimenta Lopes (GUE/NGL) – *“Senhora Presidente, as políticas de direita, seguidas em Portugal, em sintonia com as orientações e políticas da União Europeia, têm contribuído para a desregulação da legislação laboral, o ataque à contratação coletiva e o aprofundamento de mecanismos de desvalorização e precarização do trabalho. Em Portugal é a Autoridade para as Condições de Trabalho que conclui que as políticas de austeridade impostas pela troika contribuíram para o aumento das situações de trabalho total ou parcialmente não declarado, a falsa prestação de serviços, os falsos estágios remunerados ou falsas situações de voluntariado. Aponta o recurso aos contratos de trabalho a termo e a utilização de trabalho temporário como um contributo para a precarização laboral. Por essa Europa fora não será diferente. O combate à precariedade e ao trabalho não declarado só poderá passar, no quadro da soberania dos Estados-Membros, por vínculos que garantam a segurança e estabilidade, a valorização da contratação coletiva, dos salários e do trabalho com direitos, ou seja, o caminho contrário ao que a União Europeia tem vindo a impor”.*

António Marinho e Pinto (ALDE) – *“Senhora Presidente, a prevenção e dissuasão do trabalho não declarado tem de ser um esforço que a todos compete, à União Europeia e aos Estados—Membros. O trabalho não declarado prejudica a economia da União, põe em risco a sustentabilidade financeira dos sistemas de proteção social, gera concorrência desleal, desfigurando as leis do mercado, conduz à falta de proteção social e laboral dos trabalhadores e tem, frequentemente, uma dimensão transfronteiriça. Uma grande parte dos trabalhadores não declarados são particularmente vulneráveis, nomeadamente as mulheres, os migrantes e os trabalhadores domésticos. Um domínio particularmente preocupante nesta matéria é o recurso a jovens estagiários para substituir temporariamente profissionais ausentes. Sob a capa de uma formação profissional, algumas empresas estão na verdade a usar esses jovens para tarefas profissionais não especializadas, não lhes pagando ou pagando-lhes salários muito inferiores ao trabalho realizado”.*

UE tem de ultrapassar medos e divisões para salvaguardar Schengen, dizem eurodeputados

A UE tem de ultrapassar os medos e as divisões que a paralisam para poder gerir eficazmente a crise dos migrantes e refugiados, disseram vários eurodeputados num debate em plenário com a Comissão e o Conselho. Para salvaguardar o espaço Schengen de livre circulação interna é preciso proteger melhor as fronteiras externas, acrescentaram. Vários parlamentares apelaram também a uma política de tolerância zero em relação ao racismo e aos ataques violentos contra migrantes e refugiados.

O ministro holandês dos Negócios Estrangeiros, Bert Koenders, em representação do Conselho, disse que os fluxos de migrantes "têm de ser reduzidos" e que a UE tem de implementar as medidas já acordadas, em particular em relação à recolocação dos requerentes de asilo e aos centros de acolhimento e registo (hotspots). O ministro expressou especial preocupação com a situação humanitária nos Balcãs Ocidentais e com os riscos enfrentados pelos menores não acompanhados que chegam à Europa.

O comissário europeu com a pasta da Migração, Dimitris Avramopoulos, reconheceu que foram realizados "poucos progressos" quer pelos Estados-Membros na linha da frente quer por todos os outros. A lista do que precisa ser feito é longa: recolocação dos requerentes de asilo, reinstalação de refugiados, hotspots, regresso dos migrantes irregulares. Em relação a Schengen, Avramopoulos disse que a Comissão está a preparar "todas as opções (...) mas isto não significa o fim de Schengen nem a exclusão de um Estado-Membro". Sobre os ataques em Colónia, o comissário rejeitou as afirmações de que todos os migrantes e refugiados são uma ameaça à ordem pública. "Não o são", afirmou.

Intervenção de Eurodeputados portugueses:

Carlos Coelho (PPE) – “*Senhora Presidente, Senhor Presidente do Conselho, Senhor Comissário, desde o início desta crise de refugiados tenho dito que se exija à União agir em dois níveis distintos: um mais imediato, outro de longo prazo, um para fazer face à emergência, outro para ir à raiz dos problemas. Não é anunciando medidas legislativas de impacto longínquo que fazemos face às emergências. Foi assim com as operações de busca e salvamento. Os Estados não quiseram responder no início e só confrontados com as tragédias no Mediterrâneo concederam mais apoios. O mesmo acontece agora com Schengen. O mecanismo de urgência de recolocação continua fraco, os hot spots na Grécia e em Itália continuam sem os meios necessários, as operações de retorno continuam sem acontecer e, se tal não bastasse, proliferam ainda as medidas nacionais, isoladas e egoístas. Sem dar uma resposta imediata à urgência, os Estados, e não os refugiados, estão a colocar Schengen em perigo. É claro que a reintrodução de controlos nas fronteiras internas é uma possibilidade à disposição dos Estados-Membros, mas são medidas temporárias, não resolvem problema nenhum. A livre circulação no Espaço Schengen sempre teve como contraponto fronteiras externas comuns reforçadas. O novo mecanismo de avaliação de Schengen, que aprovámos em 2013 e que foi usado*

recentemente na Grécia, demonstrou que a União tem capacidade de identificar os problemas, mas como resulta claro desta crise, a União necessita de instrumentos para responder a esses problemas quando os Estados-Membros não o consigam fazer. A FRONTEX deve, por isso, ser reforçada”.

José Manuel Fernandes (PPE) – *“Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhor representante do Conselho, para resolver a questão dos refugiados deixo aqui uma receita muito simples, um apelo: respeitem os valores da União Europeia, pratiquem a solidariedade de facto realizada com ações concretas de que falava Robert Schuman na famosa declaração de 9 de maio de 1950. Perante problemas comuns só com uma ação comum e com ações concretas é que podemos resolver, e só desta forma teremos paz, venceremos os desafios e, nomeadamente, este desafio da crise dos refugiados. Mas uma solidariedade que não significa só receber, uma solidariedade que significa também dar e é inaceitável que Estados—Membros que recebem milhares de milhões do orçamento da União Europeia, centenas de milhões, não sejam capazes depois de dar um cêntimo para resolver esta questão. Face a este problema que temos, deixo aqui algumas perguntas: há algum Estado—Membro que se recusa a contribuir? Estão definidos os montantes para cada Estado-Membro? Estes apoios podem ser estendidos à Jordânia e ao Líbano? Quem é que vai monitorizar e acompanhar a execução no terreno? É importante agir, com transparência, com credibilidade e antes que seja tarde, agir sem populismos, radicalismos e egoísmos nacionais”.*

João Pimenta Lopes (GUE/NGL) – *“Senhora Presidente, são as políticas de ingerência e agressão dos EUA, da NATO e da União Europeia que estão na origem dos conflitos no Médio Oriente e no Norte de África. Políticas que não hesitam em financiar e promover forças extremistas, em realizar contratos milionários de venda de armas a ditaduras como a Arábia Saudita, com vista ao domínio económico e geopolítico daquelas regiões. Essa é a razão de fundo do êxodo em massa de milhões de pessoas que chegam ao continente europeu fugindo da fome, da miséria, da guerra e da morte. Pugnasse este Parlamento pela defesa dos direitos humanos e condenaria sem tibiezas a resposta a esta realidade.*

Os muros, as legislações fascistas de humilhação dos refugiados, o conceito da Europa fortaleza, o financiamento a Estados vizinhos para conterem a vaga de refugiados em autênticos campos de concentração, são a marca de brutalidade e desumanidade da União Europeia. Àqueles que conseguem sobreviver a tanta solidariedade, restam-lhes condições miseráveis de acolhimento que precedem um repatriamento compulsivo. A História condenará aqueles que agora calam ou o apoiam estas políticas”.

Ana Gomes (S&D) – *“Senhor Presidente, na quinta-feira passada senti orgulho em ser portuguesa. O Parlamento nacional, por unanimidade da direita à esquerda, rejeitou a nova lei dinamarquesa para confiscar valores a refugiados e demorar a reunificação familiar.*

Políticas destas não só nos lembram um passado ominoso, mas fazem diretamente o jogo dos terroristas de quem fogem os refugiados. Portugal está há meses pronto e à espera de receber refugiados, mas eles não estão a chegar, porque o sistema de recolocação não está a funcionar. Os hotspots na Grécia e em Itália não estão devidamente equipados meses depois de terem sido anunciados. Não nos enganemos,

só se agirmos em conjunto a nível europeu podemos enfrentar a crise. Destruir Schengen não vai trazer mais controlo às nossas fronteiras nem menos refugiados, só mais confusão e miséria e aproveitará ainda mais aos traficantes. Agir europeu implica não tolerar os ministros que nos cobrem de vergonha ao sugerir a outros que empurrem ou afundem os refugiados que chegam às nossas praias, ministros que preparam leis para criminalizar ONG e voluntários que assistem os refugiados, ministros que fecham os ouvidos às alarmantes notícias de milhares de crianças refugiadas, desaparecidas nas mãos dos traficantes.

Não podemos, finalmente, permitir que os nossos governos continuem a alimentar o negócio dos traficantes e o afluxo clandestino de refugiados, recusando abrir vias legais e seguras para processar os pedidos de asilo e proteger os refugiados que pudermos acolher”.

Acordo sobre Comércio de Serviços: Parlamento Europeu quer salvaguardas para empresas e trabalhadores europeus

O Parlamento Europeu definiu as suas prioridades e linhas vermelhas para as negociações do Acordo sobre o Comércio de Serviços (TiSA), que estão a ser conduzidas pela Comissão Europeia em nome da UE. Os deputados querem garantir mais oportunidades para as empresas europeias em mercados estrangeiros, a exclusão dos serviços públicos, a proteção dos direitos laborais e o direito de legislar no interesse público. Os países à mesa das negociações representam 70% do comércio mundial de serviços.

As recomendações da comissão parlamentar do Comércio Internacional, elaboradas pela deputada e antiga comissária europeia Viviane Reding (PPE, LU), foram aprovadas em plenário por 532 votos a favor, 131 contra e 36 abstenções.

"Se as recomendações do Parlamento Europeu forem respeitadas, o TiSA vai garantir mais direitos aos nossos cidadãos cá dentro e remover obstáculos às nossas empresas lá fora. Caso contrário, o Parlamento não hesitará em vetar este acordo", disse Viviane Reding.

Os eurodeputados querem que a Comissão Europeia assegure que o acordo crie condições de concorrência equitativas no setor dos serviços e abra novos mercados aos prestadores de serviços da UE, em áreas como as telecomunicações, os transportes e os contratos públicos.

O PE defende a exclusão dos serviços públicos e dos serviços audiovisuais do âmbito de aplicação do acordo e a adoção de uma abordagem cautelosa em relação aos serviços culturais.

Apesar de os fluxos de dados serem indispensáveis para o comércio de serviços, o acordo não deverá, em caso algum, comprometer o acervo da UE em matéria de proteção de dados e de direito ao respeito pela vida privada, acrescentam os eurodeputados.

Outras linhas vermelhas que o PE quer que sejam respeitadas são o direito das autoridades europeias, nacionais e locais legislarem no interesse público e a proteção dos direitos laborais, da segurança dos consumidores, da saúde e do ambiente.

Os eurodeputados propõem que seja incluída uma cláusula de revisão, que estabeleça *"um mecanismo que proporcione a uma parte a oportunidade de abandonar o acordo ou de suspender ou reverter compromissos relativos à liberalização de um serviço, nomeadamente no caso de violação de normas laborais e sociais"*.

Parlamento Europeu tem palavra final sobre o TiSA

O PE tem o direito de fazer recomendações à Comissão Europeia durante o processo de negociação e tem a última palavra em matéria de acordos comerciais.

As negociações relativas ao Acordo sobre o Comércio de Serviços (TiSA, na sigla em inglês) foram encetadas em abril de 2013. De modo geral, as partes contratantes no TiSA tencionam assumir compromissos em termos de acesso a mercados e reforçar as regras internacionais em diversos domínios, como os serviços financeiros, digitais e de transporte.

A Europa é o território em que o nível de obstáculos ao comércio de serviços é mais reduzido. Convertidos em equivalentes pautais, estes obstáculos representam 6 % do preço de um serviço. Calculados para outros países, estes obstáculos equivalem a 15 % no Canadá, 16 % no Japão, 25 % na Coreia do Sul, 44 % na Turquia e 68 % na China.

A UE é o maior exportador de serviços, com uma parte de mercado mundial de 24 %. Os serviços representam cerca de 70 % do emprego na UE e 40 % do valor dos bens exportados.

Os 23 membros da OMC que participam neste momento nas negociações do TiSA são Austrália, Canadá, Chile, Taiwan, Colômbia, Costa Rica, União Europeia, Hong Kong, Islândia, Israel, Japão, Listenstaine, Maurícia, México, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Panamá, Peru, Coreia do Sul, Suíça, Turquia e Estados Unidos da América.

O PE apoia o pedido da China no sentido de integrar as negociações.

Carlos Coelho (PPE) *“O Acordo Sobre o Comércio de Serviços (TISA) é um acordo comercial que está a ser negociado entre 23 membros da Organização Mundial de Comércio com o objetivo de liberalizar o comércio de serviços entre os participantes. À luz dos Tratados, o Parlamento Europeu não tem o poder de negociação, mas tem o poder de manifestar a sua opinião durante o processo de negociação com vista a influenciar o seu desenvolvimento, o que resulta no presente relatório não podendo o acordo final entrar em vigor sem a aprovação do Parlamento Europeu e dos Estados-Membros. Apoio o Relatório da colega Reding por considerar que o TISA constitui uma oportunidade para a UE consolidar a sua posição de maior exportador de serviços a nível mundial proporcionando, ao mesmo tempo, aos consumidores europeus mais direitos e preços mais baixos, mais postos de trabalho e crescimento económico na UE, reduzindo um conjunto de obstáculos não pautais que existem hoje em dia nos serviços transfronteiriços e que afetam de forma desproporcionada as pequenas e médias empresas. Congratulo-me com a exclusão dos serviços públicos e*

audiovisuais do Acordo e ressalvo a importância das exigências em matéria de proteção de dados e respeito pela vida privada”.

Parlamento Europeu decide não vetar projeto sobre limites das emissões dos automóveis a diesel

A objeção da comissão parlamentar do Ambiente a um projeto do executivo comunitário sobre os limites de emissões de óxidos de azoto (NOx) dos automóveis a diesel nos novos ensaios de emissões em condições reais de condução não passou no Parlamento Europeu. O plenário rejeitou hoje a posição da comissão parlamentar por 323 votos contra, 317 a favor e 61 abstenções.

Antes da votação em plenário, a comissária europeia do Mercado Interno e Indústria, Elżbieta Bieńkowska, prometeu uma cláusula de revisão e lembrou que apresentou na semana passada uma proposta de revisão das regras europeias sobre a homologação dos veículos a motor.

"Após a objeção da comissão parlamentar do Ambiente, decorreram intensas negociações com a Comissão Europeia e os Estados-Membros, que deram resultados. Temos agora compromissos claros por parte da Comissão Europeia relativamente a uma cláusula de revisão, com um calendário preciso, de modo a baixar os valores-limite para os níveis que foram acordados pelos co-legisladores. Temos também em cima da mesa uma proposta para uma reforma de longo prazo do regime de homologação dos veículos, como solicitado pelo Parlamento Europeu", disse o presidente da comissão parlamentar do Ambiente, Giovanni La Via (PPE, IT).

"Saúdo por isso a decisão responsável do plenário, que vai permitir que sigamos em frente com o procedimento RDE [Real Driving Emissions, emissões em condições reais de condução] de modo a reduzir as emissões de NOx dos automóveis, que, neste momento, estão 400% - 500% acima dos limites oficiais. Evitámos incertezas, na medida em que agora a indústria tem prazos estritos, mas sustentáveis, para cumprir", acrescentou.

Contexto

A medida proposta pela Comissão Europeia - a que o Parlamento decidiu não se opor - insere-se no segundo pacote sobre os ensaios de emissões em condições reais de condução (*Real Driving Emissions*, RDE), que fixa os limites de emissões a não ultrapassar e as datas para a sua aplicação aos novos modelos e aos novos veículos. Em 28 de outubro, este pacote contou com o apoio da maioria dos Estados-Membros no Comité Técnico – Veículos a Motor, um órgão da Comissão no qual estão representados os 28 países da UE.

No atual quadro jurídico, as emissões dos veículos são determinadas tendo por base ciclos de testes realizados em laboratórios, o que não reflete as emissões dos veículos em condições normais de condução. A Comissão tem vindo a desenvolver procedimentos para determinar as emissões dos veículos em condições reais de

circulação, que incluem a utilização de sistemas portáteis de medição de emissões (PEMS).

O executivo comunitário afirma que este projeto permite uma certa "*margem de manobra*" tendo em conta as incertezas da medição. A medida introduz um "*fator de conformidade temporário*" de 2,1, o que terá como efeito permitir aos veículos emitir 168 mg/km de NOx no ensaio baseado nas emissões em condições reais de condução, aplicável a novos modelos a partir de setembro de 2017 e a todos os novos veículos a partir de setembro de 2019 (o valor-limite previsto pela atual norma Euro 6 para as emissões de NOx de veículos equipados com motor diesel é de 80 mg/km). O "*fator de conformidade final*" será de 1,5 para os novos modelos a partir de 2020 e para todos os novos veículos a partir de 2021, permitindo emissões de 120 mg/km de NOx nos ensaios RDE.

Dado que este ato jurídico é um regulamento da Comissão sujeito ao procedimento de regulamentação com controlo (comitologia), o texto tem de ser apresentado ao Parlamento Europeu. A Comissão só pode adotar o ato se o Parlamento Europeu não se opuser.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE), – *“Tenho bem presente que a poluição atmosférica provoca anualmente mais de 430.000 mortes prematuras na União e tem um custo avaliado em 940 mil milhões de euros devido aos seus efeitos na saúde e que as emissões de escape dos veículos a gasóleo são uma importante fonte de NOx nas zonas urbanas da Europa e que, segundo a Agência Europeia do Ambiente, as emissões de NOx são a causa de 75.000 mortes prematuras na Europa. Para atingir os objetivos da UE em matéria de qualidade do ar, é necessário um esforço contínuo de redução das emissões dos veículos, incluindo uma redução considerável das emissões de óxido de azoto dos veículos equipados com motor diesel. Sou sensível ao argumento da Comissão de Ambiente que o projeto de decisão de execução da Comissão excede as competências de execução previstas no Regulamento (CE) n.º 715/2007 e que pode ser contrário ao Direito da União, uma vez que não é compatível com o objetivo e o conteúdo desse Regulamento. Por outro lado, admito que adiar o problema e esperar por nova iniciativa da Comissão pode representar um tempo de vácuo legal excessivamente longo sem ganhos evidentes em termos de saúde pública. Por isso, absteve-me na votação final”*.

Parlamento Europeu apela a medidas específicas de apoio às ilhas

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre a situação especial das ilhas, na qual solicita à Comissão uma série de medidas que tenham em conta as limitações naturais e geográficas permanentes destas regiões que as distinguem dos territórios continentais.

A necessidade de uma melhor conectividade por via marítima e de melhores serviços de transporte aéreo é uma das questões abordadas na resolução. "*É necessário atrair investimento, criar novos postos de trabalho e reduzir os custos do transporte aéreo e marítimo de pessoas e mercadorias, em conformidade com o princípio da continuidade territorial, promovendo, ao mesmo tempo, esforços para reduzir as emissões e a poluição decorrente desse transporte aéreo e marítimo*", diz o Parlamento Europeu.

Os eurodeputados referem também a situação da agricultura, da pecuária e da pesca, os impactos das alterações climáticas, o turismo, a produção local, o enorme potencial da energia eólica, solar e dos oceanos, o impacto da crise económica, os investimentos em infraestruturas necessários para garantir o acesso à banda larga nas ilhas e a promoção da inovação e da competitividade nestas regiões.

O Parlamento Europeu destaca a importância de utilizar todas as sinergias possíveis entre os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e os outros instrumentos da UE, com vista a contrabalançar as limitações das ilhas e melhorar a sua situação em termos de crescimento económico, criação de emprego e desenvolvimento sustentável.

Os eurodeputados solicitam à Comissão Europeia que:

- forneça uma "*definição clara*" do tipo de limitações geográficas, naturais e demográficas permanentes que podem afetar as regiões insulares, em referência ao artigo 174.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE, que reconhece as limitações naturais e geográficas permanentes específicas devido à situação das ilhas;
- tenha em conta a situação específica das ilhas na preparação da proposta para o próximo quadro financeiro plurianual;
- estabeleça um "*quadro estratégico da UE para as ilhas*", com o objetivo de interligar os instrumentos que possam ter um grande impacto territorial;
- realize um estudo/análise aprofundado sobre os custos adicionais incorridos pelas características da insularidade, em termos do sistema de transportes para pessoas e mercadorias, do fornecimento de energia e do acesso aos mercados, em especial para as PME;

- tenha em conta, além do PIB, outros indicadores estatísticos suscetíveis de refletir a vulnerabilidade económica e social decorrentes de limitações naturais permanentes;
- continue com o regime especial de tributação a algumas ilhas, especialmente nos Estados-Membros alvo de programas de ajustamento económico, dada a importância desse regime para as comunidades e economias locais;
- crie um "grupo homogéneo" composto por todos os territórios insulares;
- crie um "balcão das ilhas", ligado à Direção-Geral da Política Regional e Urbana (DG REGIO) e constituído por um pequeno grupo de funcionários, destinado a coordenar e analisar as questões relativas às regiões insulares;
- apresente uma comunicação que inclua uma "Agenda das ilhas da UE" e, posteriormente, um Livro Branco para acompanhar o desenvolvimento das ilhas, com base em boas práticas e com a participação das autoridades locais, regionais e nacionais, bem como de outros intervenientes relevantes, nomeadamente os parceiros económicos e sociais e representantes da sociedade civil;
- proponha um Ano Europeu das Ilhas e das Montanhas.

O Parlamento Europeu insta também os Estados-Membros e as autoridades regionais e locais a desempenharem um papel importante nas estratégias de desenvolvimento das ilhas, que envolva todos os níveis de governação.

Ilhas mais expostas aos fluxos migratórios

As ilhas também são regiões periféricas situadas, em alguns casos, nas fronteiras externas da UE e particularmente vulneráveis aos desafios que a Europa enfrenta atualmente, como a exposição a fluxos migratórios crescentes, salienta a resolução.

Os eurodeputados relembram que tem chegado um grande número de migrantes a muitas ilhas do Mediterrâneo e que estas têm de lidar com a situação, apelando a uma "abordagem global" a nível europeu, "que deve incluir apoio da UE e um esforço conjunto por parte de todos os Estados-Membros".

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) – *“Senhor Presidente, apoio a Resolução do Parlamento Europeu sobre a situação especial das Ilhas que nos é trazida pela Comissão do Desenvolvimento Regional. Reconheço a situação complexa com que diversas regiões insulares se confrontam e as suas limitações geográficas, naturais e demográficas. Concordo que se solicite à Comissão que realize um estudo aprofundado sobre os custos adicionais incorridos pelas características da insularidade, em termos do sistema de transportes para pessoas e mercadorias, do fornecimento de energia e do acesso aos mercados, em especial para as PME; Concordo igualmente com a*

necessidade de uma melhor conectividade por via marítima, de um melhor acesso aos portos e de melhores serviços de transporte aéreo. Sublinho porém, como várias vezes foi já referido pela Deputada Sofia Ribeiro que uma melhor atenção aos problemas das regiões insulares não pode traduzir-se em menor atenção ou até em desinvestimento nas regiões ultraperiféricas que estão especificamente previstas e protegidas nos Tratados europeus”.

António Marinho e Pinto (ALDE) – *“Senhor Presidente, Senhora Comissária, sou de um país que tem duas regiões autónomas em pleno Oceano Atlântico. Uma delas, a Região Autónoma dos Açores, é constituída por nove ilhas, o que cria um problema novo, o da dupla insularidade, o da deslocação das populações entre essas ilhas. Essa região tem milhares de emigrantes, sobretudo nos Estados Unidos e no Canadá. Alguns desses emigrantes demoram menos tempo dos Estados Unidos e do Canadá à principal ilha dos Açores do que depois a circular entre elas. Além disso, ambas as regiões autónomas têm grandes dificuldades, dados os custos elevados nos transportes, para aceder ao continente. O ano passado, convidei duas escolas da Região Autónoma dos Açores, e, de uma delas, algumas crianças tiveram de apanhar quatro aviões para chegar a Bruxelas. Peço à Comissão que tome medidas para apoiar os habitantes dessas duas regiões, porque não haverá verdadeira Europa, verdadeira construção europeia, sem coesão, sem que essas pessoas possam circular no seu país e na própria União Europeia”.*

Miguel Viegas (GUE/NGL) – *“Senhor Presidente, hoje, as populações da Europa sofrem as consequências das políticas de austeridade, de apoio ao setor financeiro e dos grandes grupos económicos, e é neste quadro que as regiões insulares são mais penalizadas porque são aquelas que partem em desvantagem no quadro da completa liberalização da economia. Em Portugal, temos dois arquipélagos, os Açores e a Madeira, que sofrem duplamente com a insularidade e com os efeitos da troica e o seu programa de ajustamento dos últimos anos. Nos Açores e na Madeira, as populações têm procurado vencer as adversidades, continuando a produzir e tentando sobreviver neste mundo liberalizado. Contudo, e como tivemos a oportunidade de verificar diretamente através de uma visita da Comissão de Agricultura deste Parlamento, não é possível continuar a fingir que vamos resolver o problema, criando um ano europeu das ilhas ou acreditando que o turismo irá resolver todos os problemas. Em nome da coesão territorial, são necessárias políticas específicas de apoio às atividades produtivas, designadamente ao nível dos transportes, por forma a que as populações insulares possam ter as mesmas oportunidades relativamente aos outros povos da Europa”.*

Ordem do dia 01 a 04 Fevereiro de 2016

► Segunda-feira, 01 de Fevereiro

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Relatório anual de 2014 do Banco Central Europeu - *Relatório: Notis Marias (A8-0012/2016)*

Negociações relativas ao Acordo sobre o Comércio de Serviços (TiSA) - *Relatório: Viviane Reding (A8-0009/2016)*

Relações comerciais entre a UE e a China e o Estatuto de economia de mercado - *Pergunta oral (O-000005/2016 - B8-0102/2016)*

Disposições em matéria de desenvolvimento sustentável do Acordo de Parceria Económica UE-África Ocidental - *Pergunta oral (O-000011/2016 - B8-0108/2016)*

Revisão intercalar da Estratégia de Biodiversidade da UE - *Relatório: Mark Demesmaeker (A8-0003/2016)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Terça-feira, 02 de Fevereiro

08:30 - 12:00

Estabelecimento de uma Plataforma Europeia para reforçar a cooperação na prevenção e dissuasão do trabalho não declarado - *Relatório: Georgi Pirinski (A8-0172/2015)*

Decisão adotada pela Comissão sobre o Pacote sobre a tributação das sociedades - *Declaração da Comissão*

12:00 - 12:30 Sessão Solene

Alocução do Presidente da República da Estónia, Toomas Hendrik Ilves

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) - *Relatório: Heidi Hautala (A8-0359/2015)*

Alteração do Protocolo de 1998 à Convenção de 1979 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância, relativo aos metais pesados - *Recomendação: Giovanni La Via (A8-0002/2016)*

Alterações do Protocolo de 1998 à Convenção de 1979 sobre poluição atmosférica transfronteiriça a longa distância, relativo aos poluentes orgânicos persistentes - *Recomendação: Giovanni La Via (A8-0001/2016)*

Acordo de Cooperação entre a Eurojust e a Ucrânia - *Relatório: Sylvia-Yvonne Kaufmann (A8-0007/2016)*

Acordo de Cooperação entre a Eurojust e o Montenegro - *Relatório: Nathalie Griesbeck (A8-0008/2016)*

Pedido de levantamento da imunidade de Robert Jarosław Iwaszkiewicz - *Relatório: Kostas Chrysogonos (A8-0015/2016)*

Pedido de levantamento da imunidade de Robert Jarosław Iwaszkiewicz - *Relatório: Kostas Chrysogonos (A8-0016/2016)*

Pedido de levantamento da imunidade de Florian Philippot - *Relatório: Laura Ferrara (A8-0014/2016)*

Estabelecimento de uma Plataforma Europeia para reforçar a cooperação na prevenção e dissuasão do trabalho não declarado - *Relatório: Georgi Pirinski (A8-0172/2015)*
Revisão intercalar da Estratégia de Biodiversidade da UE - *Relatório: Mark Demesmaeker (A8-0003/2016)*

15:00 - 23:00

Discussão conjunta -

Crise dos refugiados, controlo das fronteiras externas e o futuro de Schengen - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Respeito do princípio internacional da não repulsão - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Financiamento do mecanismo de apoio aos refugiados a favor da Turquia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Recrudescimento dos atos de violência e de incitação ao ódio contra refugiados e migrantes em toda a Europa - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Nova estratégia para a igualdade de género e os direitos das mulheres pós-2015 - *Pergunta oral (O-000006/2016 - B8-0103/2016)*

Medidas adotadas pela Comissão para dar seguimento ao acórdão proferido no processo T-521/14, Suécia/Comissão (Obrigação de estabelecer critérios para os desreguladores endócrinos) - *Pergunta oral (O-000003/2016 - B8-0107/2016)*

Transparência e controlo dos ensaios clínicos - *Declaração da Comissão*

► Quarta-feira, 03 de Fevereiro

09:00 - 12:00 DEBATE PRIORITÁRIO

Preparação da reunião do Conselho Europeu de 18 a 19 de fevereiro de 2016 - *Declarações do Conselho e da Comissão*

12:00 - 12:30 Sessão solene

Alocução do Presidente da República Federal da Nigéria, Muhammadu Buhari

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Acordo de Associação UE-Moldávia: cláusula de salvaguarda e mecanismo antievasão - *Relatório: Helmut Scholz (A8-0364/2015)*

Acordo de Associação UE-Geórgia: mecanismo antievasão - *Relatório: Gabrielius Landsbergis (A8-0365/2015)*

Ratificação do Tratado de Marraquexe com base nas petições recebidas, nomeadamente a Petição n.º 924/2011 - *Proposta de resolução*

Objecção nos termos do artigo 106.º: Autorização de colocação no mercado de soja geneticamente modificada FG72 - *Proposta de resolução*

Objecção nos termos do artigo 106.º: Autorização de colocação no mercado de soja geneticamente modificada MON 87708 x MON 89788 - *Proposta de resolução*

Objecção nos termos do artigo 106.º: Autorização de colocação no mercado de soja geneticamente modificada MON 87705 x MON 89788 - *Proposta de resolução*

Objecção nos termos do artigo 106.º: emissões dos veículos ligeiros de passageiros e comerciais (Euro 6) - *Proposta de resolução*

Negociações relativas ao Acordo sobre o Comércio de Serviços (TiSA) - *Relatório: Viviane Reding (A8-0009/2016)*

Nova estratégia para a igualdade de género e os direitos das mulheres pós-2015 - *Propostas de resolução*

15:00 - 23:00

Relatório de acompanhamento de 2015 relativo à Sérvia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Processo de integração europeu do Kosovo - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Processo eleitoral no Haiti - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação na Líbia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação na Venezuela - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Convenção das Nações Unidas sobre a transparência da arbitragem entre os investidores e o Estado baseada nos tratados - *Pergunta oral (O-000153/2015 - B8-0104/2016)*

Pôr termo ao assédio sexual e à violência contra as mulheres em espaços públicos - *Declarações do Conselho e da Comissão*

► **Quinta-feira, 04 de Fevereiro**

09:00 - 11:50

Situação de insularidade - *Pergunta oral (O-000013/2016 - B8-0106/2016)*

O papel do poder local e regional no âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) - *Pergunta oral (O-000012/2016 - B8-0105/2016)*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Situação dos direitos humanos na Crimeia, em particular dos tártaros da Crimeia

Barém: o caso de Mohammed Ramadan

O caso dos livreiros desaparecidos em Hong Kong

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Relatório de acompanhamento de 2015 relativo à Sérvia

Processo de integração europeu do Kosovo - *Propostas de resolução*

Situação na Líbia - *Propostas de resolução*

Situação de insularidade - *Propostas de resolução*

O papel do poder local e regional no âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) - *Propostas de resolução*

A situação humanitária no Iémen - *Propostas de resolução*

Assassinio em massa sistemático das minorias religiosas pelo ISIS - *Propostas de resolução*

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Infraestruturas ferroviárias e serviços públicos nas macrorregiões do Danúbio e do Adriático - *Declaração da Comissão*

Introdução de sistemas de registo de animais de companhia que sejam compatíveis em todos os Estados-Membros - *Declaração da Comissão*